

## ATA DE REUNIÃO (nº 265)

1  
2 Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas,  
3 em cumprimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018 e  
4 alterações, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, através de  
5 videoconferência, composto pelos membros: Adriano Antônio Pazianoto (CPA-10 Anbima,  
6 CP RPPS CODEL II, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CGINV III), Daniel Henrique  
7 Martins Biot (CEA ANBIMA e CP RPPS CGINV III), Mário José Piccarelli de Castro  
8 (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I), Patrícia Nato Toninato  
9 Bartolomei (CPA-20 Anbima e CP RPPS CGINV III) e Wilclem de Lazari Araújo (CPA-10  
10 Anbima, CP RPPS CGINV III, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS  
11 DIRIG III). A reunião teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II – Atendimento**  
12 **dos profissionais da B3 para apresentação da plataforma Trademate; III - Votação da**  
13 **Ata de Reunião Anterior; IV - Deliberação sobre credenciamentos; V - Avaliação da**  
14 **Carteira de Investimentos do mês anterior e análise da conjuntura econômica, na**  
15 **seguinte ordem: a) Análise do cenário macroeconômico; b) Evolução do orçamento e**  
16 **fluxo de caixa; c) Desempenho dos investimentos no mês de fevereiro/2026; VI -**  
17 **Discussão e deliberação sobre as chamadas de capital dos FIPs Pátria VII e VCP IV;**  
18 **VII - Discussão e deliberações quanto aos novos investimentos (se houver).** A  
19 coordenadora do Comitê de Investimentos, Patrícia Nato Toninato Bartolomei,  
20 cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Iniciando a pauta prevista para o dia,  
21 informou que a ata de 23/02/2026 foi disponibilizada aos membros e que as sugestões de  
22 alterações já haviam sido feitas. **Colocadas em votação, a ata nº 263 de 23/02/2026 foi**  
23 **aprovada por unanimidade.** Na sequência, os membros atenderam o Sr. Yan Carboni  
24 **Clemente, representante da B3, para apresentação da plataforma Trademate para**  
25 **negociação de títulos públicos.** Após sua entrada, o Sr. Yan Carboni Clemente  
26 cumprimentou os presentes. Mário José Piccarelli de Castro relatou que já havia tido contato  
27 prévio com Yan Carboni Clemente em evento realizado em Florianópolis, ocasião em que  
28 trocaram contatos, ressaltando o interesse dos demais membros em compreender melhor a  
29 plataforma e sua aderência à realidade da instituição. O Sr. Yan Carboni Clemente  
30 questionou se havia dúvidas pontuais iniciais, propondo, na ausência destas, realizar o  
31 compartilhamento de tela para demonstração prática das funcionalidades da plataforma.  
32 Mário José Piccarelli de Castro manifestou interesse na apresentação detalhada,  
33 especialmente quanto ao funcionamento prático, filtros e operacionalização da ferramenta,  
34 enquanto Patrícia Nato Toninato Bartolomei solicitou ênfase nas formas de registro das  
35 movimentações. Na sequência, o Sr. Yan Carboni Clemente realizou a apresentação da  
36 plataforma, explicando que a interface é totalmente editável e pode ser personalizada  
37 conforme a necessidade do usuário, destacando a existência de um modelo padrão inicial.  
38 Informou também sobre a importância das configurações iniciais, especialmente quanto ao

39 cadastramento das contrapartes. Explicou o procedimento para inclusão dessas instituições  
40 no sistema, bem como a definição de limites bilaterais de crédito, detalhando que a ausência  
41 de preenchimento implica limite ilimitado, enquanto valores definidos restringem as  
42 operações ao montante estipulado. Durante a explanação, Mário José Piccarelli de Castro  
43 questionou sobre a possibilidade de utilização de custodiante como broker padrão, tendo o  
44 Sr. Yan Carboni Clemente confirmado essa possibilidade. Também foram esclarecidas  
45 dúvidas sobre limites diários e rejeição automática de operações que ultrapassem os valores  
46 definidos. Na continuidade, o Sr. Yan Carboni Clemente apresentou a tela de cotações,  
47 comparando seu funcionamento ao de um home broker, explicando a visualização de preços,  
48 profundidade de mercado e acompanhamento de negociações. Demonstrou ainda as  
49 funcionalidades de personalização de colunas, monitoramento de ordens e acompanhamento  
50 de operações realizadas ou rejeitadas. Ao avançar para a funcionalidade de requisição de  
51 cotação, o Sr. Yan Carboni Clemente detalhou o processo de envio de solicitações,  
52 explicando as opções de visibilidade da instituição, cotação aberta ou fechada. Patrícia Nato  
53 Toninato Bartolomei solicitou esclarecimento adicional sobre a diferença entre cotação  
54 aberta e fechada, tendo o Sr. Yan Carboni Clemente confirmado que, na modalidade aberta,  
55 os participantes visualizam os preços ofertados, enquanto na fechada não há essa  
56 visibilidade. O Sr. Yan Carboni Clemente explicou ainda os parâmetros para definição de  
57 ativo, liquidação, quantidade e seleção de contrapartes, ressaltando a importância das  
58 configurações iniciais para o correto funcionamento do sistema. Destacou também o  
59 indicador de taxa de resposta das contrapartes, como ferramenta de avaliação da interação  
60 com o mercado. Foi esclarecido que as cotações possuem prazo de validade de dois minutos,  
61 com período adicional para fechamento da operação, além da possibilidade de extração de  
62 dados e relatórios para análise em Excel. Adriano Antônio Pazianoto questionou sobre a  
63 possibilidade de visualização prática do funcionamento das cotações em tempo real. O Sr.  
64 Yan Carboni Clemente informou não possuir material gravado por questões concorrenciais,  
65 mas convidou os membros para participação em treinamento futuro, no qual seriam  
66 realizadas simulações práticas. Adriano Antônio Pazianoto questionou sobre a existência de  
67 concorrentes, tendo o Sr. Yan Carboni Clemente citado a Bloomberg como exemplo.  
68 Esclareceu ainda que não há custos operacionais ou mensalidades para utilização da  
69 plataforma por RPPS até o final do primeiro semestre de 2027, razão pela qual entendeu não  
70 haver necessidade de processo licitatório, destacando que a formalização ocorre por meio de  
71 termo de adesão. Adriano Antônio Pazianoto solicitou esclarecimentos sobre a  
72 documentação necessária, tendo o Sr. Yan Carboni Clemente informado que a maior parte  
73 dos documentos é fornecida pela própria B3, incluindo certidões e comprovações  
74 institucionais, ressaltando que o processo tende a ser mais burocrático do lado da entidade  
75 pública, especialmente em relação às exigências de validação jurídica. Na sequência, Wilclem  
76 de Lázari Araújo destacou que, embora não houvesse necessidade de licitação para a

77 contratação da plataforma, seria imprescindível a formalização de um processo  
78 administrativo, possivelmente por meio de inexigibilidade, em razão da ausência de  
79 competição, ressaltando que tal procedimento justificaria a necessidade da documentação  
80 mencionada. Wilclem de Lázari Araújo acrescentou ainda que documentos que comprovem  
81 a singularidade da solução e contratos firmados com outros entes públicos poderiam auxiliar  
82 na fundamentação do processo. Em resposta, o Sr. Yan Carboni Clemente confirmou a  
83 disponibilidade de toda a documentação necessária por parte da instituição, informando que  
84 já havia organizado os documentos e que eventuais atualizações poderiam ser providenciadas  
85 pelo departamento jurídico. Wilclem de Lázari Araújo reforçou o entendimento de que não  
86 haveria custos para o RPPS, ao que o Sr. Yan Carboni Clemente reiterou tratar-se de  
87 estratégia interna da instituição, destacando que tal política não é divulgada publicamente,  
88 sendo direcionada ao público do chamado “buy side”, incluindo gestoras, previdências e  
89 cooperativas, com o objetivo de ampliar o volume de negociações na plataforma, sendo os  
90 custos arcados por bancos e corretoras. Dando continuidade, o Sr. Yan Carboni Clemente  
91 apresentou funcionalidades adicionais da plataforma, destacando uma ferramenta que  
92 permite o acompanhamento das operações realizadas em tempo real e em períodos  
93 específicos, com possibilidade de geração de relatórios em formato PDF. Apresentou  
94 também a calculadora da plataforma, explicando sua utilidade na conversão de valores  
95 financeiros em quantidades de ativos, especialmente em operações com títulos públicos. Na  
96 sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei questionou sobre a possibilidade de registro e  
97 posterior consulta das cotações recebidas em uma operação. O Sr. Yan Carboni Clemente  
98 esclareceu que as informações ficam disponíveis na tela para consulta, sendo possível realizar  
99 registros por meio de captura de tela, informando ainda que há previsão de desenvolvimento  
100 futuro para exportação desses dados. Adriano Antônio Pazianoto solicitou o envio do  
101 modelo de termo de adesão para análise prévia, tendo o Sr. Yan Carboni Clemente se  
102 comprometido a encaminhar, por e-mail, o passo a passo completo, incluindo a  
103 documentação necessária e o referido termo. Adriano Antônio Pazianoto questionou  
104 também sobre a necessidade de abertura de conta, tendo sido informado pelo Sr. Yan  
105 Carboni Clemente que tal procedimento é simples e, embora exista custo, este se encontra  
106 atualmente isento para RPPS. Patrícia Nato Toninato Bartolomei questionou acerca do fluxo  
107 de comunicação com o custodiante após o fechamento das operações. O Sr. Yan Carboni  
108 Clemente esclareceu que todas as operações são encaminhadas automaticamente ao sistema  
109 de pós-negociação, no qual o custodiante já possui acesso para realizar a alocação,  
110 recomendando, contudo, que seja feito contato adicional para garantir o processamento  
111 tempestivo. Patrícia Nato Toninato Bartolomei relatou ter tomado conhecimento de  
112 experiências de outros RPPS quanto a esse fluxo, questionando sobre eventual necessidade  
113 de formalização adicional fora da plataforma, tendo o Sr. Yan Carboni Clemente esclarecido  
114 que não há processo formal interno, sendo a comunicação com a contraparte uma questão

115 operacional e de relacionamento. Encerrada a fase de esclarecimentos, Patrícia Nato  
116 Toninato Bartolomei consultou os demais membros quanto à existência de novas dúvidas,  
117 não havendo manifestações adicionais. O Sr. Yan Carboni Clemente informou que  
118 permaneceria à disposição para novos esclarecimentos e que encaminharia posteriormente as  
119 informações por e-mail, incluindo documentação e orientações para continuidade do  
120 processo. Assim, foi encerrada a participação do Sr. Yan Carboni Clemente. Na  
121 continuidade, Mário José Piccarelli de Castro comentou que, em um primeiro momento, a  
122 plataforma aparenta certa complexidade, especialmente em razão da falta de familiaridade.  
123 Patrícia Nato Toninato Bartolomei ponderou que a dificuldade inicial é natural, comparando  
124 com a abertura de processos administrativos, que se tornaram mais simples com a prática.  
125 Mário José Piccarelli de Castro mencionou a existência de um material complementar e  
126 reforçou a importância da participação no treinamento futuro para melhor compreensão  
127 prática da ferramenta. Adriano Antônio Pazianoto destacou que o treinamento deverá  
128 facilitar significativamente o entendimento, acrescentando que a interface da plataforma se  
129 assemelha a um home broker. Patrícia Nato Toninato Bartolomei sugeriu aguardar o envio  
130 da documentação e a participação no treinamento antes de qualquer encaminhamento  
131 adicional, ressaltando a importância de observar o funcionamento prático da ferramenta.  
132 Dando sequência na pauta, Patrícia Nato Toninato Bartolomei iniciou a discussão do item  
133 referente à deliberação sobre credenciamentos, em que se decidiu pela atualização dos  
134 credenciamentos dos fundos Caixa IMA-B e Caixa IRF-M, ambos compostos integralmente  
135 por títulos públicos. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou ainda que foi realizada a  
136 atualização do credenciamento do fundo Caixa Disponibilidades, já pertencente a carteira,  
137 em razão de alteração em seu regulamento, passando este a ser também enquadrado como  
138 fundo 100% em títulos públicos, classificado no artigo 7º, inciso I, da resolução vigente, não  
139 estando mais sujeito à exigência de limite mínimo de participação de RPPS no patrimônio  
140 líquido. Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou também a atualização de  
141 credenciamento do fundo BTG Pactual Oportunidades Listadas, já pertencente a carteira,  
142 informando que a análise da consultoria ainda estava pendente, com previsão de conclusão  
143 no dia seguinte, mas ressaltou que, com base na documentação previamente enviada pela  
144 instituição, o fundo já atendia aos critérios exigidos, inclusive quanto ao percentual de  
145 participação de RPPS. Complementou informando características do fundo, como taxa de  
146 administração de 2% ao ano, prazos de cotização de aplicação e resgate em D+90 e  
147 liquidação em D+92, além da inexistência atual de carência para resgates, salientando que tais  
148 condições já haviam sido cumpridas anteriormente. Patrícia Nato Toninato Bartolomei  
149 registrou que todos os fundos analisados se encontravam aptos a receber recursos e que os  
150 processos se referiam exclusivamente à atualização de credenciamentos. Acrescentou que a  
151 atualização dos fundos IRF-M e IMA-B estava alinhada à expectativa de queda da taxa de  
152 juros, permitindo capturar melhores retornos e oferecer alternativa de liquidez em relação à

153 compra direta de títulos públicos. Dessa forma, os membros deliberaram, por  
154 unanimidade, pela aprovação da atualização dos credenciamentos dos fundos:  
155 **CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE DE FIF RENDA FIXA**  
156 **SIMPLES – RL, CNPJ: 14.508.643/0001-55; CAIXA BRASIL IMA-B TP FIF RF LP -**  
157 **RL, CNPJ: 10.740.658/0001-93; CAIXA BRASIL IRF-M TP FIF RF LP – RL, CNPJ:**  
158 **14.508.605/0001-00; BTG PACTUAL FIA OPORTUNIDADES LISTADAS I, CNPJ:**  
159 **46.300.375/0001-78; com encaminhamento para referendo pelo CMP. Ato contínuo,**  
160 **com relação ao item IV da pauta a fim de seguir o procedimento exposto no item 3.2.7**  
161 **do Manual do Pró-Gestão RPPS, é feita a análise dos seguintes itens: a) Análise do**  
162 **Cenário Macroeconômico.** Foi verificado, além do Relatório Macroeconômico da LDB  
163 Consultoria, outras fontes dos bancos com os quais a Riopretoprev se relaciona, e as notícias  
164 mais recentes divulgadas, destacando: *Na semana de 23/03/2026, o Ibovespa encerrou em queda,*  
165 *refletindo um ambiente de forte aversão ao risco nos mercados globais, em meio à intensificação das tensões*  
166 *geopolíticas no Oriente Médio. O índice recuou 2,25%, fechando aos 176.219,40 pontos, acumulando a*  
167 *quarta semana consecutiva no campo negativo e ampliando as perdas de março para 6,66%, diante do receio*  
168 *de que a alta do petróleo — com o Brent novamente acima de US\$ 110 — pressione a inflação global. O*  
169 *movimento de busca por segurança fortaleceu o dólar, que avançou 1,79% e encerrou cotado a R\$ 5,309,*  
170 *enquanto a curva de juros doméstica apresentou forte abertura, com os contratos de DI superando o patamar*  
171 *de 14% em diversos vencimentos, refletindo a expectativa de uma política monetária mais restritiva. No*  
172 *cenário internacional, o impasse entre Estados Unidos e Irã, agravado pelo fechamento do Estreito de*  
173 *Ormuz, elevou os riscos para o fluxo global de energia e intensificou a volatilidade nos mercados, levando as*  
174 *bolsas americanas a registrarem perdas relevantes, com destaque para o Nasdaq. No mercado doméstico, o*  
175 *desempenho negativo foi disseminado entre os principais ativos, com queda de Petrobras, apesar da*  
176 *valorização do petróleo, além de recuos em Vale e nos grandes bancos, impactados pela aversão ao risco,*  
177 *enquanto poucas exceções positivas foram observadas. A alta das taxas de juros resultou em impacto negativo*  
178 *na marcação a mercado dos ativos de renda fixa, especialmente os de maior duration, mas, por outro lado,*  
179 *elevou o patamar das taxas futuras, criando oportunidades para a contratação de retornos reais mais elevados*  
180 *no longo prazo. Nesse contexto, a combinação de bolsa em queda, câmbio depreciado e juros em elevação*  
181 *configurou um ambiente desafiador para os RPPS no curto prazo, ao mesmo tempo em que reforçou a*  
182 *importância da disciplina na alocação estratégica, sobretudo diante de um cenário ainda altamente dependente*  
183 *da evolução do conflito geopolítico e das expectativas inflacionárias globais.* Em seguida, os membros  
184 avaliaram as projeções do Boletim Focus divulgado no dia 23/03/2026, referente a  
185 20/03/2026, que trouxe as seguintes projeções: IPCA (Índice Nacional de Preços ao  
186 Consumidor Amplo): em 2026, a projeção subiu para 4,17%; em 2027, ficou em 3,80%; em  
187 2028 subiu para 3,52%; e 2029, ficou em 3,50%. PIB (Produto Interno Bruto): a projeção  
188 para 2026 subiu para 1,84% e 2027 ficou em 1,80%; em 2028 e 2029, em 2,00%. Taxa de  
189 Câmbio: em 2026 caiu para R\$ 5,40; para 2027, caiu para 5,45; 2028, ficou em R\$ 5,50; em  
190 2029 caiu para R\$ 5,50. Taxa Selic: subiu em 2026 para 12,50%; para 2027 em 10,50%; para

191 2028, manteve-se 10,00%; em 2029, ficou em 9,50%. Para os próximos meses, as projeções  
192 de IPCA são: 0,37% para março, 0,43% para abril e 0,30% para maio de 2026. Com relação  
193 ao item **b) Evolução do Orçamento e fluxo de caixa** o Sr. Adriano Antônio Pazianoto  
194 apresentou o balancete contábil de janeiro e fevereiro, iniciando pelo balancete contábil  
195 de janeiro/2026: *No período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 22.597.456,73, sendo:*  
196 *Contribuições dos 5.550 servidores ativos – R\$ 5.466.401,71; Contribuições dos Aposentados e*  
197 *Pensionistas R\$ 966.300,14; Contribuição Patronal Normal – R\$ 9.735.023,92; Contribuição Patronal*  
198 *Suplementar – R\$ 2.021.516,48; Parcelamentos – R\$ 2.956.902,03; COMPREV – R\$ 780.768,85;*  
199 *Receita Patrimonial – R\$ 171.461,66; Restituições da Folha de Pagamento – R\$ 4.837,99; Outras*  
200 *Receitas – R\$ 494.243,95. No período, as despesas equivaleram a R\$ 23.484.454,70, sendo: a) Despesa*  
201 *com benefícios previdenciários: i) com 1.920 aposentadorias: R\$ 21.223.255,83; ii) com 258 pensões: R\$*  
202 *1.669.189,69; iii) com pagamento de benefícios em decorrência de ordem judicial: R\$ 78.868,89; iv)*  
203 *indenizações e restituições trabalhistas – R\$ 0,00; v) despesas com compensação previdenciária – R\$*  
204 *79.592,84; b) Despesas administrativas – R\$ 433.547,45. Conclui-se, com análise da peça, um resultado*  
205 *orçamentário deficitário de R\$ -886.997,97 no mês e deficitário de R\$ -886.997,97 no mês, e um resultado*  
206 *previdenciário superavitário de R\$ 6.702.271,70 no mês e no ano. Na sequência, balancete contábil*  
207 *de fevereiro/2026: No período, as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 32.199.661,80, sendo:*  
208 *Contribuições dos 5.494 servidores ativos – R\$ 5.536.618,61; Contribuições dos Aposentados e*  
209 *Pensionistas R\$ 968.432,84; Contribuição Patronal Normal – R\$ 9.773.701,04; Contribuição Patronal*  
210 *Suplementar – R\$ 2.024.333,29; Parcelamentos – R\$ 3.671.836,95; Aportes Periódicos – R\$*  
211 *1.368.618,23; COMPREV – R\$ 780.623,08; Receita Patrimonial – R\$ 7.606.495,01; Restituições*  
212 *da Folha de Pagamento – R\$ 1.709,91; Outras Receitas – R\$ 467.292,84. No período, as despesas*  
213 *equivaleram a R\$ 23.730.747,72, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários: i) com 1.921*  
214 *aposentadorias: R\$ 21.291.014,85; ii) com 257 pensões: R\$ 1.646.918,47; iii) com pagamento de*  
215 *benefícios em decorrência de ordem judicial: R\$ 304.144,64; iv) indenizações e restituições trabalhistas – R\$*  
216 *0,00; v) despesas com compensação previdenciária – R\$ 42.467,65; b) Despesas administrativas – R\$*  
217 *446.202,11. Conclui-se, com análise da peça, um resultado orçamentário superavitário de R\$*  
218 *8.468.914,08 no mês e de R\$ 7.581.916,11 no ano, e um resultado previdenciário superavitário de R\$*  
219 *5.395.318,87 no mês e de R\$ 12.097.590,57 no ano. c) Desempenho dos investimentos no*  
220 **mês de fevereiro de 2026: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS**  
221 **DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA RESOLUÇÃO CMN Nº 5.272/2025: Transição**  
222 **Regulatória – Atualização do Marco Normativo: A partir de 02 de fevereiro de 2026 entrou em vigor a**  
223 **Resolução CMN nº 5.272/2025, que passou a regulamentar as aplicações dos recursos dos Regimes**  
224 **Próprios de Previdência Social (RPPS), substituindo a Resolução CMN nº 4.963/2021. A nova**  
225 **regulamentação introduziu atualizações relevantes no arcabouço de investimentos previdenciários, incluindo**  
226 **novos critérios relacionados à governança, à classificação prudencial das instituições financeiras, aos limites de**  
227 **participação de recursos de RPPS em fundos de investimento e à reorganização dos segmentos de aplicação.**  
228 **Em razão dessas alterações regulatórias, algumas aplicações existentes na carteira apresentam situações de**

229 *desenquadramento passivo, caracterizadas quando o desenquadramento decorre de mudanças normativas ou*  
230 *fatores alheios à decisão de investimento da Autarquia. Enquadramento da Carteira por Segmento: A*  
231 *conformidade com a Resolução CMN n.º 5.272/2025 abrange diferentes segmentos, destacando-se: Renda*  
232 *Fixa: 75,03% do PL (Limite 100%, Art. 7º); Renda Variável: 11,25% do PL (Limite 50%, Art. 8º);*  
233 *Investimentos no Exterior: 3,57% do PL (Limite 10%, Art. 9º); Investimentos Estruturados: 10,15% do*  
234 *PL (Limite 20%, Art. 10º). Distribuição da Carteira por Classe de Ativo: Adentrando no detalhamento*  
235 *de cada segmento: Renda Fixa: Art. 7º, I => 4,20% PL - Limite 100%; Art. 7º, II => 61,43% PL -*  
236 *Limite 100%; Art. 7º, V => 7,55% PL - Limite 80%; Art. 7º, VI => 1,86% PL - Limite 20%.*  
237 *Renda Variável: Art. 8º, I => 7,24% PL - Limite 40%; Art. 8º, III => 4,00% PL - Limite 10%.*  
238 *Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 0,97% PL - Limite 10% no total de IE; Art. 9º, III =>*  
239 *2,60% PL - Limite 10% no total de IE. Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 6,76% PL -*  
240 *Limite 15%; Art. 10º, III => 3,39% PL - Limite 10%. Limite Global: De acordo com Art. 14, os*  
241 *RPPS ficam sujeitos a um limite global, no conjunto dos segmentos de renda variável, investimentos*  
242 *estruturados e fundos imobiliários de 60% do PL para Nível IV do Pró-Gestão RPPS. Riopretoprev =*  
243 *21,40% do PL. Participação da RioPretoPrev nos Fundos de Investimento: No que diz respeito aos limites*  
244 *em relação ao PL da RioPretoPrev (Art. 18º), excetuados as aplicações de emissão do Tesouro Nacional, o*  
245 *maior percentual é do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO, representando*  
246 *6,76% do PL, seguido do FI BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI*  
247 *PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA e CAIXA BRASIL TÍTULOS*  
248 *PÚBLICOS FIF RF LP que ocupam o 2º e 3º lugares, com 5,46% e 2,76% do PL, respectivamente.*  
249 *Controle da Participação de RPPS no Patrimônio Líquido dos Fundos: Nos termos do Art. 19 da*  
250 *Resolução CMN n.º 5.272/2025, o maior percentual em relação ao Patrimônio Líquido (PL) de um fundo,*  
251 *é de 3,57%, sendo atribuído ao fundo BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO.*  
252 *Os dois seguintes, com 3,13% e 2,51% do PL, são, respectivamente, KINEA PE IV FEEDER INST*  
253 *I FIP ME e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIF. Entretanto, de acordo com §2º os fundos*  
254 *deverão limitar a participação total dos RPPS em até 50% de seu PL (exceto durante doze meses iniciais;*  
255 *fundos 100% TP e outras situações trazidas na Resolução), e com a entrada em vigor da RES. CMN n.º*  
256 *5.272/2025 a Riopretoprev passou a ter casos de desenquadramento passivo para alguns fundos, que será*  
257 *detalhado no item sobre “Desenquadramento Passivo – Resolução CMN n.º 5.272/2025”.*  
258 *Desenquadramento Passivo – Resolução CMN n.º 5.272/2025: Em razão da entrada em vigor da nova*  
259 *regulamentação, algumas aplicações apresentam situações pontuais de desenquadramento passivo relacionadas*  
260 *principalmente à classificação prudencial das instituições financeiras ou ao percentual de participação de*  
261 *recursos de RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Essas situações decorrem de alterações*  
262 *regulatórias supervenientes e não de novas decisões de investimento. Detalhamos abaixo os casos de*  
263 *desenquadramento passivo da carteira com a entrada em vigor da Res. CMN n.º 5.272/2025, quanto:*  
264 *Instituição financeira administradora ou gestora do fundo de investimento integrante do conglomerado*  
265 *prudencial S1 ou S2 do Banco Central do Brasil (art 21, §2º, I e §8º): WESTERN ASSET FLA BDR*  
266 *NÍVEL I: Administrador: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A - S3; Gestor: FRANKLIN*

267 TEMPLETON BRASIL LTDA (antiga denominação Western Asset); Saldo em 27/02/2026 = R\$  
268 13.088.745,05 = 1,88% do PL da carteira. Tarpon GT Institucional FIF: Administrador: BANCO  
269 DAYCOVAL S.A. - S3; Gestor: TPE Gestora de Recursos LTDA; Saldo em 27/02/2026 = R\$  
270 11.269.401,22 = 1,62% do PL da carteira. Guepardo Valor Institucional FIF: Administrador:  
271 BANCO DAYCOVAL S.A. - S3; Gestor: GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA; Saldo  
272 em 27/02/2026 = R\$ 11.079.744,26 = 1,59% do PL da carteira. Fundos de investimentos com PL de  
273 RPPS superior ao permitido: Verificou-se que o fundo BB PREVID FLUXO RF SIMPLES FIF EM  
274 COTAS DE FIF RL, inscrito no CNPJ 13.077.415/0001-05, bem como o fundo BB Prev RF Ref DI  
275 LP Perfil FIC FIF RL, CNPJ 13.077.418/0001-49, tiveram desinvestimento total realizado em  
276 fevereiro de 2026. Constatou-se ainda que o fundo CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC  
277 CLASSE FIF RF SIMPLES - RL, CNPJ 14.508.643/0001-55, passou a se enquadrar de forma  
278 regular a partir de março de 2026. Observou-se que os fundos CAIXA EXPERT VINCI VALOR  
279 RPPS FIC CLASSE FIF EM AÇÕES RL, CNPJ 14.507.699/0001-95, CAIXA ATENA  
280 BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT FIC DE CLASSE DE FIF EM AÇÕES RL, CNPJ  
281 30.068.169/0001-44, CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FIF AÇÕES RL, CNPJ  
282 17.502.937/0001-68, CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RF - RL, CNPJ 23.215.008/0001-70,  
283 BTG PACTUAL S&P 500 BRL FIM - RL, CNPJ 36.499.594/0001-74, GEUPARDO  
284 VALOR INSTITUCIONAL FIF, CNPJ 38.280.883/0001-03, e XP INVESTOR  
285 DIVIDENDOS CI AÇÕES - RL, CNPJ 16.575.255/0001-12, permaneceram em monitoramento.  
286 Por fim, registrou-se que o fundo CAIXA BRASIL FIF RF Ref DI LP - RL, CNPJ  
287 03.737.206/0001-97, passou por desinvestimento parcial em fevereiro de 2026, permanecendo também sob  
288 monitoramento. De acordo com o Art. 27, § 1º os recursos poderão ser mantidos pelo prazo de até dois anos  
289 da ocorrência do desenquadramento. Para os casos relatados até 02/02/2028. Como já averbado, trata-se  
290 de desenquadramento passivo, não havendo nenhuma alocação nova ou assunção de novo compromisso de  
291 investimentos de recursos em fundos desenquadrados posteriormente à vigência da nova Res. CMN nº  
292 5.272/2025. O Comitê vislumbra que, sob o ponto de vista da melhor estratégia na gestão de investimentos,  
293 por haver amparo jurídico-normativo na continuidade dos recursos locados nos referidos fundos (dentro do  
294 prazo de dois anos do art. 27, §1º), não seria prudente e oportuno o resgate de tais investimentos no atual  
295 momento, com o fulcro de se evitar realização de prejuízos ou resgate intempestivo de alocações que ainda se  
296 mostram inequivocamente importantes para o atingimento da meta. Eventuais novos aportes em fundos que  
297 poderiam, em tese, estar desenquadrados pela nova norma (FIP's) estariam embasados por compromissos  
298 deliberados pelo Comitê (e devidamente chancelados pelo Conselho) em período anterior à vigência da Res.  
299 5272/25, pacificamente amparados pela segurança jurídica do ato jurídico perfeito (assumidos perante  
300 norma que os respaldavam à época), ainda se mostrando como importantes estratégias de investimentos para a  
301 diversificação e atingimento da meta atuarial na ótica deste Comitê. Assim, o Comitê de  
302 Investimentos deliberou pela manutenção dos fundos em situação de  
303 desenquadramento passivo com a entrada em vigor da Res. CMN nº 5.272/2025,  
304 considerando o prazo legal de até 02 anos para desinvestimentos (02/02/2028),

305 *avaliando periodicamente as alternativas para eventual reenquadramento da carteira,*  
306 *sempre observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez,*  
307 *adequação à natureza das obrigações, transparência e preservação do valor dos*  
308 *recursos previdenciários. Síntese da Situação da Carteira: A análise consolidada demonstra que a*  
309 *carteira de investimentos da RioPretoPrev permanece majoritariamente enquadrada nos limites e critérios*  
310 *estabelecidos pela regulamentação vigente, apresentando adequada diversificação entre diferentes segmentos de*  
311 *aplicação e alinhamento com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos. Eventuais situações*  
312 *identificadas de desenquadramento passivo decorrem da entrada em vigor de novas exigências trazidas pela*  
313 *Resolução CMN nº 5.272/2025, especialmente no que se refere: à classificação prudencial das instituições*  
314 *administradoras ou gestoras dos fundos de investimento; ao percentual de participação conjunta de recursos de*  
315 *RPPS no patrimônio líquido de determinados fundos. Tais situações encontram-se devidamente identificadas e*  
316 *sob acompanhamento da área de investimentos e do Comitê de Investimentos, sendo avaliadas periodicamente*  
317 *quanto às alternativas disponíveis para eventual reenquadramento, sempre observando as condições de*  
318 *mercado e a preservação dos interesses do Regime Próprio de Previdência Social. DISTRIBUIÇÃO DOS*  
319 *RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA*  
320 *POLÍTICA DE INVESTIMENTOS Conforme os relatórios internos da RioPretoPrev e da LDB*  
321 *Consultoria, é notável que todos os fundos presentes na carteira estão em conformidade com a Política de*  
322 *Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos. A análise dos diferentes segmentos, de acordo com*  
323 *os artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos parâmetros previamente definidos: Renda*  
324 *Fixa: Art. 7º, I => 4,20% do PL (Objetivo: 2,50%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, III =>*  
325 *61,43% do PL (Objetivo: 59,70%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, V => 7,55% do PL (Objetivo:*  
326 *9,00%; Limite entre 0% e 60%); Art. 7º, VI => 1,86% do PL (Objetivo: 1,80%; Limite entre 0% e*  
327 *10%); Renda Variável: Art. 8º, I => 7,24% do PL (Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 30%). Art.*  
328 *8º, III => 4,00% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos no Exterior: Art. 9º,*  
329 *II => 0,97% do PL (Objetivo: 1,00%; Limite entre 0% e 10%); Art. 9º, III => 2,60% do PL*  
330 *(Objetivo: 3,0%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 6,76% do PL*  
331 *(Objetivo: 7,00%; Limite entre 0% e 15%); Art. 10º, III => 3,39% do PL (Objetivo: 4,50%; Limite*  
332 *entre 0% e 10%). Essa aderência aos limites e diretrizes estabelecidos reforça a eficácia da gestão de*  
333 *investimentos da RioPretoPrev, evidenciando a coerência com os objetivos traçados na Política de*  
334 *Investimentos. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E*  
335 *BENCHMARKS: A alocação de recursos entre instituições e benchmarks na carteira da*  
336 *RIOPRETOPREV é detalhada a seguir: Banco do Brasil (R\$ 7,77 mi; 1,11% do PL): 04 fundos: 3*  
337 *Invest. Exterior, 1 RF. Caixa (R\$ 70,4 mi; 10,09% do PL): 09 fundos: 2 RV, 1 Invest. Exterior, 06*  
338 *RF. Notáveis: fundos DI Bradesco (R\$ 38,09 mi; 5,46% do PL): 01 fundos: RF DI; Destaque: Fundo*  
339 *DI Premium, um dos melhores do segmento no mercado de RPPS. XP Investimentos (R\$ 13,6 mi; 1,95%*  
340 *do PL): 03 fundos: RV dividendos, Invest. Exterior e FIP Pátria Investimentos. Custódia das NTN-Bs*  
341 *(R\$ 428,56 mi; 61,43% do PL); Custódia LF BTG Pactual (R\$ 12,97 mi; 1,86% do PL). Santander*  
342 *(R\$ 9,49 mi; 1,36% do PL): 01 fundo: Exterior Global ESG, sem variação cambial. Western Asset (R\$*

343 13,09 mi; 1,88% do PL): 01 fundos: Invest. Exterior Ações BDR. Kinea/Lions (R\$ 12,92 mi; 1,85%  
344 do PL): 01 fundo: FIP adquirido em 2017, em fase de desinvestimentos. Kinea/Intrag (R\$ 3,82 mi;  
345 0,55% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial. BTG Pactual (R\$ 57,27 mi; 8,21% do PL): 05  
346 fundos: RV de ações valor, Multimercado S&P 500, FIP Economia Real em captação inicial, FIP  
347 Infraestrutura também em fase de captação de recursos e exterior multimercado. Banco Daycoval (R\$ 22,35  
348 mi; 3,2% do PL): 02 fundos: 1 RV com gestão Tarpon e 1 com gestão Guepardo, ambos de ações valor.  
349 Vinci Compass (R\$ 1,6 mi; 0,23% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial; Itaú Unibanco (R\$ 2,68  
350 mi; 0,39% do PL): 01 fundo: RV com pequena exposição em IE; Banco Safra (R\$ 2,93 mi; 0,42% do  
351 PL): 01 fundo: RV dividendos. Essa estratégia reflete a abordagem criteriosa da RIOPRETOPREV,  
352 buscando otimizar o retorno e gerenciar riscos eficientemente. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA**  
353 **CARTEIRA E COMENTÁRIOS SOBRE A PERFORMANCE DOS FUNDOS E**  
354 **RESPECTIVOS SEGMENTOS:** A presente seção oferece uma análise detalhada da distribuição dos  
355 recursos da carteira da RioPretoPrev, apresentando uma visão abrangente dos diferentes segmentos de  
356 investimento e seus respectivos fundos. Ao longo do texto, serão fornecidos comentários aprofundados sobre o  
357 desempenho de cada fundo, destacando os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas e as  
358 condições de mercado enfrentadas durante o período em análise. Essa análise crítica visa proporcionar uma  
359 compreensão integral da performance da carteira, oferecendo insights valiosos para a tomada de decisões  
360 estratégicas futuras. **RENDA FIXA:** Ao final do mês de fevereiro, 75,03% dos recursos (R\$ 523,44  
361 milhões) foram alocados em Renda Fixa, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 7º). O segmento  
362 encerrou o período com uma valorização média de 0,89%. Em fevereiro, no cenário doméstico, embora a  
363 inflação de curto prazo tenha apresentado pressões pontuais — influenciada por componentes sazonais —, as  
364 expectativas inflacionárias permaneceram relativamente ancoradas, reforçando a percepção de credibilidade da  
365 política monetária. Esse ambiente contribuiu para o fechamento parcial da curva de juros, especialmente nos  
366 vértices intermediários, ainda que com alguma volatilidade nos prazos mais longos, diante de ajustes de  
367 mercado e incertezas fiscais. No período, os indicadores refletiram esse cenário: CDI (1,00%), IMA-B Total  
368 (0,99%), IRF-M 1 (1,02%) e IRF-M 1+ (0,97%) apresentaram desempenho positivo, enquanto o IPCA  
369 registrou alta de 0,70%. Ao final de fevereiro, a carteira de Renda Fixa terminou composta por oito fundos  
370 ativos, representando 11,75% da carteira: sendo cinco fundos 100% Títulos Públicos, totalizando 4,20% da  
371 carteira, representados pelo Artigo 7º I, rendendo 0,98%. Três fundos lastreados em ativos de curto prazo,  
372 representados por fundos DI, os quais correspondem a 7,55% da carteira e renderam em média 1,00%,  
373 compostos pelo Artigo 7º V. Em relação aos títulos públicos federais, o segmento fechou com 61,43% do PL  
374 da carteira, apresentou uma rentabilidade média de 0,86%. As Letras Financeiras da carteira tiveram  
375 rendimento médio de 0,98% no mês, representando 1,86% do PL. Os fundos em destaques do segmento  
376 foram: BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM; CAIXA  
377 BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO; CAIXA BRASIL  
378 MATRIZ FIF RENDA FIXA, fechando o mês com rentabilidade de 1,00%. De forma geral, a Renda  
379 Fixa encerrou o mês com uma valorização de R\$ 4.574.440,45, rendimento médio de 0,89% e no ano com  
380 1,77% de valorização. **RENDA VARIÁVEL:** No mês de fevereiro, 11,25% (R\$ 78,45 milhões) dos

381 recursos terminaram alocados em Renda Variável, conforme a Resolução n.º 5.272/2025 (art. 8º): em  
382 fundos de ações (Art. 8º, I), 7,24% da carteira e se valorizaram em média 3,22% no mês. E em fundos  
383 BDR (Art. 8º, III), 4% da carteira e desvalorizaram em média 5,98% no mês. O segmento de Renda  
384 Variável terminou com uma desvalorização de 0,26%. Em fevereiro, a bolsa brasileira apresentou um bom  
385 desempenho, com o IBOVESPA avançando 4,09%, o IBRX 50 subindo 4,27%, o Índice Dividendos  
386 (IDIV) registrando alta de 4,38% e o índice Small Cap valorizando 1,88%. O movimento foi marcado por  
387 um forte fluxo de capital para mercados emergentes, especialmente o Brasil, impulsionado por uma  
388 combinação de fatores globais e domésticos. Os recursos do Art. 8º, I fecharam distribuídos entre vários  
389 segmentos de mercado, como: Dividendos, Alocação em Segmentos de Mercado/Ações Livre e Fundos de  
390 "Valor". Apenas o fundo CAIXA ATENA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANT FIC DE  
391 CLASSE DE FIF EM AÇÕES RL obteve rentabilidade negativa no mês, de -1,69%. O destaque  
392 positivo foi o fundo GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIF, com rentabilidade de 5,85%.  
393 Já no Art. 8º, III, composto pelos fundos BDR, todos os fundos foram negativos no período, impactados pela  
394 variação cambial negativa no período, que influenciou também no fechamento do segmento no mês. De forma  
395 geral, a renda variável encerrou o mês com desvalorização de R\$ 202.532,50, correspondendo a -0,25% e  
396 no ano com a valorização de 9,17%. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR: No mês de fevereiro,  
397 3,57% (R\$ 24,91 milhões) dos recursos foram destinados a Investimentos no Exterior, seguindo a Resolução  
398 n.º 5.272/2025 (art. 9º), e o segmento teve desvalorização média de -1,86% no mês. No cenário  
399 internacional, houve uma rotação de investimentos para fora dos Estados Unidos, com investidores buscando  
400 ativos mais baratos e com maior retorno, favorecendo bolsas emergentes e commodities. Esse movimento foi  
401 reforçado por incertezas geopolíticas e comerciais, incluindo decisões envolvendo tarifas nos EUA e tensões no  
402 Oriente Médio, que aumentaram a volatilidade global e pressionaram o dólar. Em moeda original, os  
403 principais índices apresentaram desempenhos mistos — o MSCI WORLD subiu 0,64% e o S&P 500  
404 caiu 0,87% — já em reais, refletiram perdas (-0,91% e -2,39%, respectivamente) diante da queda de  
405 1,54% do dólar. Nos fundos de Investimento no Exterior (art. 9º, II), ficaram alocados 0,97% do  
406 patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 6,78 milhões, e esses fundos fecharam o mês com  
407 valorização média de 0,52%. Nos fundos de Investimento no Exterior – Investidor Geral (art. 9º, III),  
408 ficaram alocados 2,60% da carteira, com desvalorização média de 2,71%. O destaque no mês ficou para o  
409 fundo AQR LONG-BIASED EQUITIES FIF AÇÕES, com rentabilidade positiva de 2,62% no  
410 mês. No geral, o segmento de Investimentos no Exterior (IE) encerrou o mês com uma desvalorização de R\$ -  
411 465.048,52, o que corresponde a uma rentabilidade negativa de -1,83% e no ano com desvalorização de  
412 4,59%, contribuindo significativamente para o não atingimento da meta atuarial no período.  
413 INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS: No mês de fevereiro, 10,15% (R\$ 70,82 milhões) dos  
414 recursos ficaram alocados em Investimentos Estruturados. Em fundos Multimercados (art. 10º, I), ficaram  
415 6,76% do patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 47,18 milhões, com uma  
416 desvalorização de 0,23%, representados pela estratégia S&P-500. Nos fundos de participação (art. 10º,  
417 III), ficaram 3,39% do PL, o equivalente a R\$ 23,64 milhões, alocados no FIP Kinea IV, no FIP Kinea  
418 V, no FIP BTG Pactual Economia Real II Multiestratégia, no BTG Pactual Infraestrutura III, no Pátria

419 PE VII Advisory FIP Multi - Classe C e no FIP VCP IV, com uma valorização média de 3,13% no  
420 mês. Houve integralização da 8ª Chamada de Capital do BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA  
421 III FEEDER FIP MULTIESTRATEGIA, totalizando R\$ 70.519,94. Destacamos a remarcação  
422 anual de cotas do FIP Kinea IV que contribuiu com uma valorização de 7,56% no mês para o fundo. No  
423 geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou o mês com uma valorização de R\$ 605.940,37,  
424 rentabilidade média de 0,86% e no ano de 1,69%. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:** No  
425 fechamento do mês de fevereiro de 2026 todos os recursos estavam aplicados no mercado financeiro fechando as  
426 contas com saldo zerado. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E**  
427 **OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA DE RISCOS:** Após análise dos resultados, os membros  
428 constataram que a carteira está aderente à Política de Riscos 2026. Destacamos ainda que a liquidez da  
429 carteira está com limites dentro do previsto na Política de Investimentos, sendo de no mínimo 20% resgatáveis  
430 em 30 dias. **PRINCIPAIS INDICADORES DOS INVESTIMENTOS DA**  
431 **RIOPRETOPREV NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2026:** Frente à volatilidade inerente do  
432 mercado financeiro, o empenho do Comitê de Investimentos emerge como um elemento crucial na busca pelo  
433 cumprimento da meta atuarial estabelecida. Em um período desafiador, marcado por oscilações e incertezas, o  
434 Comitê demonstrou uma abordagem estratégica, trabalhando para otimizar os retornos e mitigar os riscos. A  
435 rentabilidade da carteira no mês foi positiva, porém ficou abaixo da meta atuarial, pressionada por uma  
436 inflação mais elevada no período, influenciada principalmente pelos reajustes sazonais nos grupos de Educação  
437 e Transportes. Adicionalmente, o movimento de valorização do real frente ao dólar impactou negativamente os  
438 ativos expostos ao câmbio, como BDRs e investimentos no exterior, que registraram desvalorização ao longo  
439 do período. Esse comportamento reforça a importância de uma carteira diversificada, com exposição a  
440 diferentes fatores de risco — como inflação, juros e câmbio. Dessa forma, embora determinados segmentos  
441 possam apresentar desempenho negativo em períodos específicos, a diversificação contribui para a redução da  
442 volatilidade e para maior resiliência da carteira ao longo do tempo. Nesse contexto, a manutenção de uma  
443 visão de longo prazo é fundamental, permitindo que os diferentes ciclos econômicos se compensem, sem perder  
444 de vista o acompanhamento contínuo dos movimentos de mercado e eventuais ajustes táticos necessários.  
445 Assim, frente aos desafios do cenário econômico atual, o Comitê segue atento e comprometido com a mitigação  
446 de riscos da carteira. Abaixo segue uma análise detalhada dos principais indicadores que permite observar o  
447 desempenho: **RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL** no mês de fevereiro de  
448 2026: **RENDIMENTO** em fevereiro-2026 (em R\$): R\$ 4.512.799,80; **RENDIMENTO** em  
449 fevereiro-2026 (em %): 0,65%; **META ATUARIAL** em fevereiro-2026 (%): 1,10%; **RAZÃO:**  
450 **RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL (%) EM FEVEREIRO-2026:**  
451 59,09%. **RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META ATUARIAL ANUAL:**  
452 **RENDIMENTO** ano (em R\$): R\$ 12.253.431,13; **RENDIMENTO** ano (em %): 1,79%; **META**  
453 **ATUARIAL** ano (%): 1,89%; **RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO x META**  
454 **ATUARIAL** ano (%): 94,71%; **META GERENCIAL (IMA-B) (%)**: 2,81%; **CDI (%)**: 2,17%;  
455 **IRF M1 (%)**: 2,24%; **IBOVESPA (%)**: 17,17%; **IBX-50 (%)**: 17,99%; **S&P 500 (USD) (%)**:  
456 0,49%; **MSCI ACWI (USD) (%)**: 4,15%; **PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS:**

457 *ATINGIMENTO DA META ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 105,20%; NOS*  
458 *ÚLTIMOS 6 MESES: 135,14%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 147,24%; NOS ÚLTIMOS 24*  
459 *MESES: 117,30%; NOS ÚLTIMOS 36 MESES: 131,98%; NOS ÚLTIMOS 48 MESES:*  
460 *105,03%; DO ANO EM CURSO: 94,71%; DESDE O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO*  
461 *DA CARTEIRA: 65,99%; DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV: 89,45%. Verificaram*  
462 *também as APRs de movimentações efetuadas no mês de fevereiro e as alocações por*  
463 *estratégia. Os membros fizeram análises dos gráficos de dispersão dos fundos, em diversas*  
464 *janelas e segmentos da Resolução CMN 5.272/2025. Ainda, com relação a análise de riscos*  
465 *realizaram stress test e backtesting da carteira a fim de avaliar o desempenho potencial da*  
466 *carteira em diferentes cenários. Dessa forma, após minuciosa análise, as informações de*  
467 **investimentos referentes ao mês de fevereiro de 2026 foram aprovadas, por**  
468 **unanimidade, com parecer favorável quanto à sua precisão e conformidade.** Na  
469 *sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou os dois tópicos de discussão*  
470 *relacionados às chamadas de capital dos FIPs Pátria VII e VCP IV, ambas previstas para o*  
471 *dia 26/03/2026, esclarecendo que a chamada do Pátria VII correspondia a 0,42% do capital*  
472 *comprometido, no valor aproximado de R\$ 12.842,26, destinada a investimentos*  
473 *subsequentes, pagamento de despesas do fundo e taxa de gestão, enquanto a chamada do*  
474 *VCP IV era de 5,10% do capital comprometido, no total de R\$ 178.500,00, e possuía como*  
475 *finalidade principal a integralização da última parcela de aumento de capital da Arklok,*  
476 *aquisição de participação na AGV e pagamento de despesas. Na sequência, Patrícia Nato*  
477 *Toninato Bartolomei lembrou que, no início do mês, já haviam ocorrido duas chamadas de*  
478 *capital anteriores — BTG Infra III e XP Selection Prime — e destacou que o valor recebido*  
479 *de amortização do fundo Kinea IV, no montante de R\$ 739.731,92, havia sido alocado*  
480 *conforme deliberação prévia no IRF-M1, sendo praticamente suficiente para cobrir todas as*  
481 *chamadas de capital do período, que totalizaram aproximadamente R\$ 742.000,00. Diante*  
482 *disso, Patrícia Nato Toninato Bartolomei sugeriu que os recursos necessários para as novas*  
483 *integralizações fossem resgatados do IRF-M1, alternativa que foi colocada em votação.*  
484 *Dessa forma, os membros deliberaram, por unanimidade, pela utilização de recursos*  
485 **da conta corrente de benefícios da CEF, 000575270695-1, caso haja recursos**  
486 **disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária**  
487 **do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE**  
488 **INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE**  
489 **LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, para integralização da 11ª Chamada de**  
490 **Capital do PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII ADVISORY FUNDO DE**  
491 **INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA – Classe C,**  
492 **CNPJ: 43.120.902/0001-74.** Ainda, os membros deliberaram, por unanimidade, pela  
493 *utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF, 000575270695-1, caso*  
494 *haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da*

495 **quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS**  
496 **FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA -**  
497 **RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, para integralização**  
498 **da 5ª Chamada de Capital do VINCI CAPITAL PARTNERS IV FEEDER B**  
499 **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA,**  
500 **CNPJ 42.847.134/0001-92.** Na continuidade, Patrícia Nato Toninato Bartolomei apresentou  
501 uma demanda da contabilidade referente à necessidade de segregação dos recursos do  
502 repasse do Imposto de Renda destinados à cobertura de déficit, conforme estabelecido pela  
503 Portaria nº 1.467/2022, a qual determinava que tais valores deveriam permanecer aplicados  
504 por no mínimo 60 meses e ser geridos de forma apartada dos demais recursos, com  
505 identificação clara de sua finalidade. Assim, propôs-se o resgate dos valores atualmente  
506 alocados no IRF-M1 e sua realocação em um fundo específico para esse fim, permitindo a  
507 adequada segregação contábil e financeira. Em discussão sobre a melhor estratégia de  
508 alocação, Adriano Antônio Pazianoto manifestou-se favorável à alocação em fundo de  
509 benchmark IRF-M, considerando o momento atual de abertura das taxas, enquanto Mário  
510 José Piccarelli de Castro apresentou análise comparativa entre os índices IRF-M e IMA-B,  
511 que segue anexa à presente ata, destacando que, em ciclos de queda da taxa de juros, o IRF-  
512 M tende a apresentar melhor desempenho na fase inicial, enquanto o IMA-B se beneficia  
513 mais na fase final, além de ressaltar a menor volatilidade do IRF-M, fator relevante para a  
514 estabilidade da carteira. Diante dessas considerações, os participantes concordaram com a  
515 estratégia proposta, ressaltando que os aportes seriam realizados de forma contínua e  
516 poderiam ser revistos futuramente conforme evolução do cenário econômico. Mário José  
517 Piccarelli de Castro trouxe à discussão estudo indicando que ciclos de queda de juros  
518 historicamente duraram cerca de dois anos, sendo seguidos por novos movimentos de alta,  
519 caracterizando comportamento cíclico. Adriano Antônio Pazianoto concordou com a  
520 observação, ressaltando a curta duração desses ciclos. Mário José Piccarelli de Castro  
521 reforçou que, apesar de eventuais períodos de estabilidade, a dinâmica predominante foi de  
522 alternância entre quedas e elevações das taxas. Dessa forma, **os membros deliberaram, por**  
523 **unanimidade, pela utilização do fundo CAIXA BRASIL IRF-M TP FIF RF LP – RL,**  
524 **CNPJ: 14.508.605/0001-00 para alocação dos recursos referentes ao aporte**  
525 **correspondente ao IR (Art. 32, inciso I, da Lei Complementar nº 810, de 17 de**  
526 **dezembro de 2025), mantendo-se a decisão até nova deliberação.** Adicionalmente,  
527 Patrícia Nato Toninato Bartolomei sugeriu a utilização do fundo Caixa Brasil  
528 Disponibilidade para movimentação de aplicações e resgates automáticos dos recursos da  
529 taxa administrativa, permitindo maior eficiência operacional, com aplicação automática dos  
530 valores disponíveis e direcionamento do valor não utilizado para o fundo Caixa Brasil  
531 Aliança, fundo que já vinha sendo utilizado desde o mês anterior. Dessa forma, **os membros**  
532 **deliberaram, por unanimidade pela alocação dos recursos da taxa administrativa da**

533 seguinte forma: a) Aplicação de recursos destinados ao pagamento de despesas  
534 administrativas no fundo CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE  
535 DE FIF RENDA FIXA SIMPLES – RL, CNPJ: 14.508.643/0001-55, mantendo-se a  
536 decisão até nova deliberação; b) Aplicação do saldo residual dos recursos destinados  
537 ao pagamento de despesas administrativas não utilizados no mês no fundo CAIXA  
538 ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO  
539 RENDA FIXA CURTO PRAZO - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ:  
540 05.164.358/0001-73, mantendo-se a decisão até nova deliberação; c) Resgate de  
541 recursos para pagamento de despesas administrativas do fundo CAIXA BRASIL  
542 DISPONIBILIDADES FIC DE CLASSE DE FIF RENDA FIXA SIMPLES – RL,  
543 CNPJ: 14.508.643/0001-55 e não havendo saldo suficiente, resgate do fundo CAIXA  
544 BRASIL MATRIZ RENDA FIXA, CNPJ: 23.215.008/0001-70, mantendo-se a decisão  
545 até nova deliberação. Na sequência, em relação a fundos desenquadrados, Willem de  
546 Lázari Araújo ponderou sobre a necessidade de qualificação mais robusta da fundamentação  
547 sobre a manutenção dos investimentos registrando que permaneceriam na carteira  
548 desenquadrados ou em processo de enquadramento durante o prazo permitido, com  
549 monitoramento contínuo. Patrícia Nato Toninato Bartolomei acrescentou que o  
550 acompanhamento ocorrerá até o reenquadramento dos fundos ou deliberação definitiva pelo  
551 resgate, respeitando o prazo máximo de até dois anos. Willem de Lázari Araújo ressaltou  
552 que, embora não houvesse impedimentos jurídicos imediatos, seria prudente consolidar  
553 fundamentos técnicos, econômicos e normativos que justificassem a manutenção das  
554 posições. Patrícia Nato Toninato Bartolomei concordou e acrescentou que, no caso dos  
555 fundos de renda variável e investimentos no exterior, o cenário de mercado não era favorável  
556 ao desinvestimento naquele momento, sob risco de realização de perdas temporárias, visto a  
557 alta volatilidade de desvalorização recente com os desdobramentos da Guerra EUA x Irã.  
558 Complementou ainda que os demais fundos apresentavam expectativa de atingimento da  
559 meta atuarial dentro de níveis de risco compatíveis com a política de investimentos e que  
560 podem ser desinvestimentos parcialmente no prazo legal da norma. Willem de Lázari  
561 Araújo questionou sobre a situação dos fundos estruturados (FIP), sendo esclarecido por  
562 Patrícia Nato Toninato Bartolomei que todos os compromissos existentes haviam sido  
563 assumidos anteriormente e que os desenquadramentos observados na carteira eram passivos,  
564 não havendo novos aportes em fundos nessa condição. Ficou consignado que os recursos  
565 somente seriam destinados a fundos com compromissos previamente assumidos, não sendo  
566 realizados novos investimentos em fundos desenquadrados respeitando-se a regulação  
567 vigente. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou ainda sobre possível chamada de  
568 capital em fundo de participações da Tarpon, cuja deliberação dependeria do recebimento  
569 formal da convocação, podendo ensejar reunião extraordinária, caso ocorresse antes da  
570 próxima reunião ordinária. Ressaltou que tais compromissos foram assumidos sob a

571 regulamentação anterior, não configurando irregularidade. Wilclem de Lázari Araújo reiterou  
572 a importância de deixar claro que os desenquadramentos decorreram de alterações  
573 normativas supervenientes, não sendo resultado de novas decisões de investimento, e que o  
574 comitê vem adotando postura ativa de acompanhamento e gestão dessas posições. Destacou  
575 ainda que a estratégia adotada considerou aspectos como compromissos previamente  
576 firmados, condições de mercado e preservação do valor dos ativos. Patrícia Nato Toninato  
577 Bartolomei informou que no relatório de análise da carteira consta quadro detalhado com a  
578 situação dos fundos desenquadrados, indicando aqueles já regularizados, os em processo de  
579 desinvestimento e os mantidos sob monitoramento, consignando que o comitê deliberou  
580 pelo acompanhamento contínuo e avaliação periódica das alternativas para  
581 reenquadramento, sempre observando os princípios de segurança, liquidez e preservação do  
582 capital. Dessa forma, por ora, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela**  
583 **manutenção dos fundos em situação de desenquadramento passivo com a entrada**  
584 **em vigor da Res. CMN nº 5.272/2025, considerando o prazo legal de até 02 anos para**  
585 **desinvestimentos (02/02/2028) e por não se verificar cenário e situação ideais para**  
586 **esta ação no momento atual, avaliando ativa e periodicamente as alternativas para**  
587 **eventual reenquadramento da carteira, sempre com embasamento técnico e**  
588 **observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação**  
589 **à natureza das obrigações, transparência e preservação do valor dos recursos**  
590 **previdenciários.** Não havendo mais manifestações, Patrícia Nato Toninato Bartolomei  
591 encerrou a reunião, ficando consignado que o comitê permaneceria em monitoramento  
592 contínuo das situações discutidas. Sem mais assuntos, a presente reunião foi finalizada. Para  
593 constar, eu, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, lavrei a presente ata, que depois de lida e  
594 achada conforme, vai por mim assinada e por todos os presentes. Ata aprovada, por  
595 unanimidade, na reunião ordinária de 13/04/2026 (primeira reunião ordinária de abril de  
596 2026).

## ANEXO

### (Ata da Reunião Ordinária de 23/03/2026)

### Ciclos de queda da Selic: IRF-M x IMA-B

Nos ciclos de queda da taxa Selic observados no Brasil, o comportamento dos benchmarks de renda fixa tem apresentado padrão relativamente consistente, especialmente quando se comparam o IRF-M, composto por títulos prefixados, e o IMA-B, composto por títulos públicos indexados ao IPCA. Em regra, na fase inicial do ciclo de afrouxamento monetário, o IRF-M tende a apresentar melhor desempenho, pois os títulos prefixados capturam de forma mais imediata o fechamento da curva de juros nominais. Já em etapa mais avançada do ciclo, quando a queda dos juros passa a ser acompanhada por compressão mais intensa das taxas reais de longo prazo, o IMA-B, em especial nos vértices mais longos, costuma ganhar protagonismo e superar os prefixados.

#### *Ciclo de queda da Selic de 2005 a 2007*

No ciclo iniciado em setembro/outubro de 2005 e encerrado em outubro de 2007, a Selic saiu da faixa de 19,75% ao ano e chegou a 11,25% ao ano, ao longo de cerca de dois anos. Nesse período, tanto o IRF-M quanto o IMA-B apresentaram valorização expressiva, mas o IMA-B terminou o ciclo com desempenho acumulado superior ao dos prefixados, como se observa no gráfico a seguir. O movimento sugere que, à medida que o ciclo avançou e os juros foram se aproximando de patamares mais baixos, a queda das taxas reais favoreceu de forma mais intensa os títulos indexados à inflação. Em outras palavras, os prefixados acompanharam bem a fase inicial e intermediária do fechamento da curva, mas os papéis atrelados ao IPCA capturaram de forma mais forte a etapa final do processo.

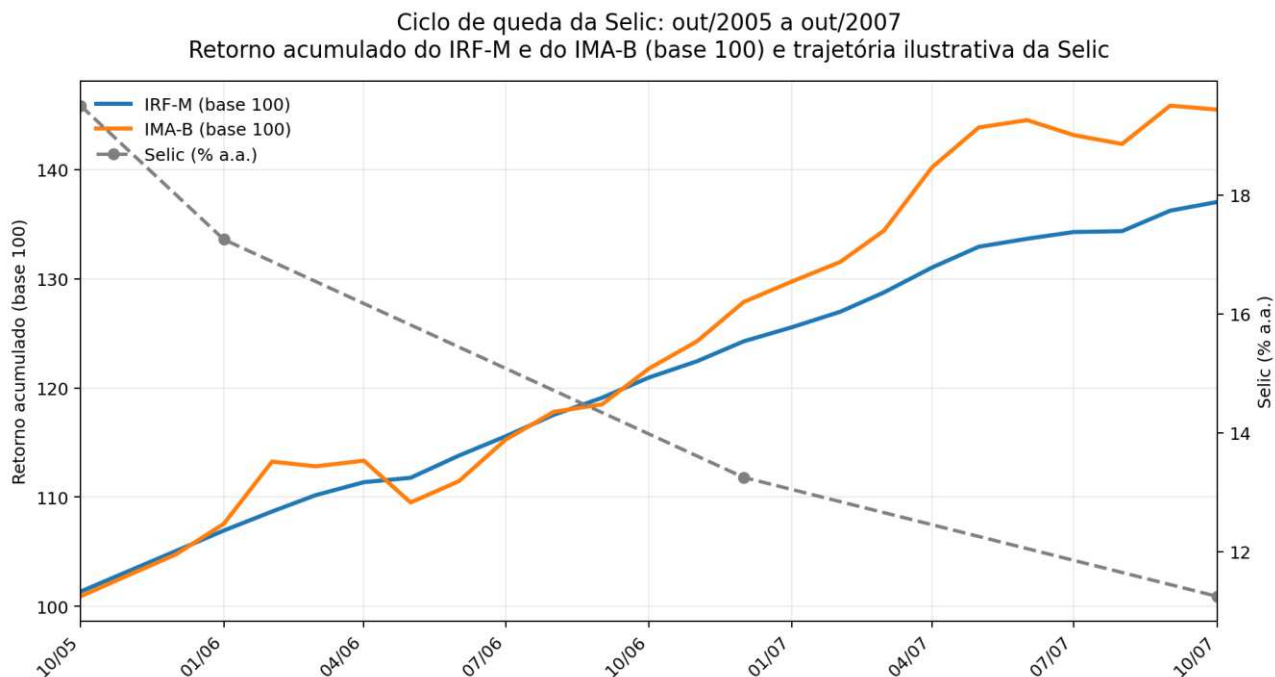
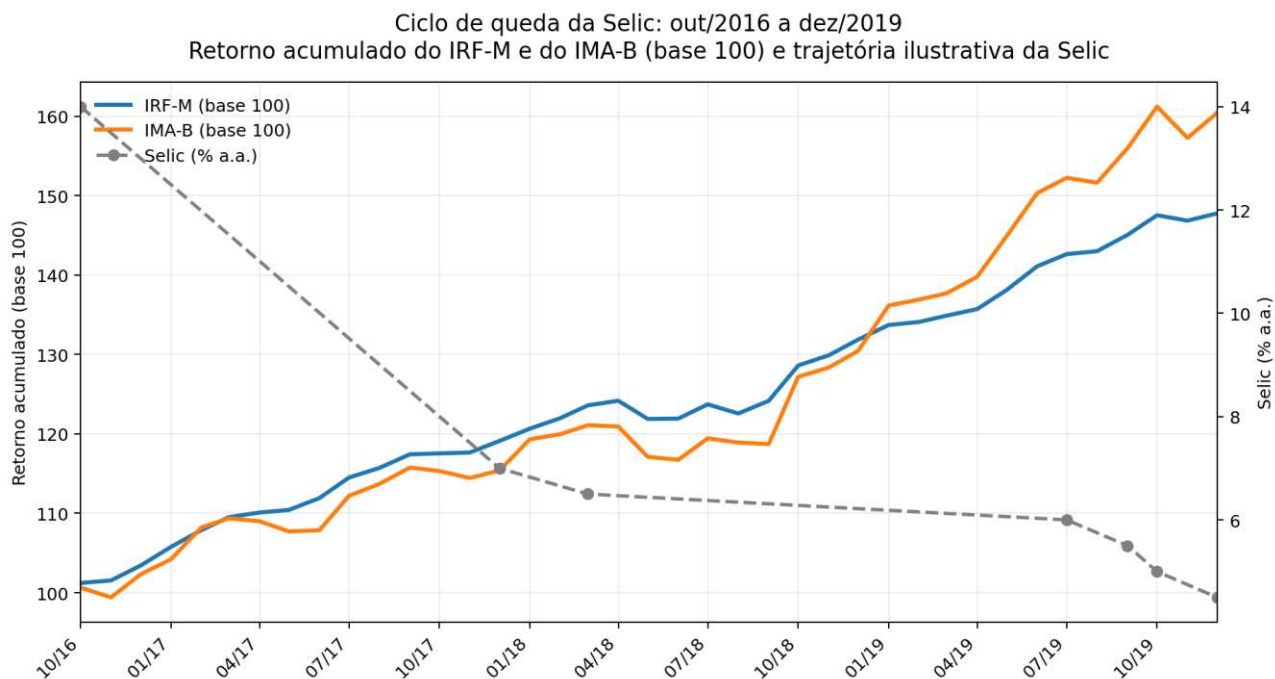


Gráfico 1 – Ciclo de queda da Selic de out/2005 a out/2007

Base 100 calculada a partir das rentabilidades mensais históricas do IRF-M e do IMA-B. A linha da Selic representa a trajetória do ciclo em pontos-chave para apoio visual.

## Ciclo de queda da Selic de 2016 a 2019

No ciclo mais recente completo de afrouxamento monetário, iniciado em outubro de 2016, após a Selic ter saído de 14,25% para 14,00% ao ano, e concluído em dezembro de 2019, quando a taxa atingiu 4,50% ao ano, observou-se dinâmica semelhante, porém ainda mais nítida. Na fase inicial, especialmente entre o fim de 2016 e o decorrer de 2017, o IRF-M mostrou comportamento mais forte e mais linear, refletindo a resposta rápida dos títulos prefixados ao fechamento da curva nominal. Entretanto, ao longo de 2018 e principalmente em 2019, o IMA-B passou a acelerar de forma mais intensa, superando o IRF-M com maior clareza. Esse ganho relativo decorreu da compressão das taxas reais longas, que beneficia com mais intensidade os títulos indexados ao IPCA. Assim, o ciclo de 2016 a 2019 reforça a leitura de que o IRF-M tende a capturar melhor a fase inicial do movimento de queda de juros, ao passo que o IMA-B costuma se destacar quando o mercado passa a precificar juros reais estruturalmente mais baixos.



**Gráfico 2 – Ciclo de queda da Selic de out/2016 a dez/2019**

Base 100 calculada a partir das rentabilidades mensais históricas do IRF-M e do IMA-B. A linha da Selic representa a trajetória do ciclo em pontos-chave para apoio visual.

## Síntese

Esses dois ciclos históricos reforçam que, em processos de queda da Selic, o comportamento relativo entre IRF-M e IMA-B tende a seguir uma sequência recorrente: primeiro, os títulos prefixados se beneficiam mais rapidamente da mudança de direção da política monetária; depois, quando o ciclo amadurece e as taxas reais de longo prazo passam a ceder com maior intensidade, os títulos indexados à inflação assumem a liderança. Também

importa registrar que o IMA-B, por possuir duration média superior à do IRF-M, apresenta maior volatilidade e, por consequência, oscilações mais intensas no curto prazo. Em termos aproximados, o IRF-M costuma operar com duration média na faixa de 4 a 5 anos, ao passo que o IMA-B agregado gira ao redor de 6 a 7 anos, podendo os subíndices longos superarem 10 anos. Por isso, em momentos de fechamento da curva, o IMA-B pode entregar ganhos mais expressivos, mas também está sujeito a variações negativas mais acentuadas quando o mercado exige prêmio maior. Em síntese, a evidência histórica sugere que, em um novo ciclo de queda de juros, uma estratégia tática pode iniciar com maior exposição em prefixados marcados a mercado e, conforme o ciclo avança e se consolida, migrar gradualmente para ativos indexados à inflação, também marcados a mercado, sobretudo quando surgirem sinais mais claros de compressão das taxas reais longas.

## Conclusão

O Comitê deliberou pela adoção de estratégia tática de alocação dos recursos a serem recebidos, referente ao aporte correspondente ao IR, em renda fixa baseada no estágio do ciclo monetário, inicialmente alocando em ativos prefixados (IRF-M), em razão do início do processo de redução da taxa Selic. A migração para ativos indexados à inflação (IMA-B) poderá ocorrer de forma gradual, a partir do monitoramento de indicadores como a compressão das taxas reais de longo prazo, comportamento da curva de juros e evolução do ciclo de queda da Selic, de acordo com deliberação futura do Comitê. A transição poderá ser realizada tanto por meio dos novos aportes, quanto pela realocação dos recursos já investidos em IRF-M, a ser avaliada em momento posterior, quando houver maior consolidação do movimento de queda das taxas reais, respeitando-se os princípios de gestão de risco e controle de volatilidade.

***Nota metodológica:** os gráficos são ilustrativos e foram construídos em base 100 a partir das rentabilidades mensais históricas disponibilizadas em páginas públicas de acompanhamento dos índices. A trajetória da Selic foi representada por pontos-chave do ciclo, para facilitar a visualização em ata. No ciclo 2016–2019, o patamar de 4,50% foi atingido em 11/12/2019; em 30/10/2019 a Selic foi reduzida para 5,00%.*



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2A00-04AC-B3EA-0E53

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI** (CPF 326.XXX.XXX-02) em 14/04/2026 10:31:11 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT** (CPF 410.XXX.XXX-57) em 14/04/2026 11:13:06 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **WILCLEM DE LAZARI ARAUJO** (CPF 352.XXX.XXX-01) em 14/04/2026 12:09:50 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO** (CPF 219.XXX.XXX-01) em 14/04/2026 16:49:24 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO** (CPF 327.XXX.XXX-48) em 24/04/2026 08:12:27 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/2A00-04AC-B3EA-0E53>